



OF/CTL/CC nº 5644/2011

Curitiba, 30 de dezembro de 2011

PROPOSIÇÃO VETO Nº 008/12.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 FEV. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente
II - A DL para providências.

Em, 30/12/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 314/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 952/2011, por considerar as partes vetadas contrárias ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O projeto de Lei tem por escopo instituir o programa Estadual de Fomento e Incentivo a Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual da Cultura – FEC, bem como adota outras providências.

Os parágrafos 2º e 3º do inciso II do artigo 7º dispõe, respectivamente:

“§ 2º Poderá o Poder Executivo conceder, a título de prêmio, aos contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços que transferirem imposto de renda, conforme os mecanismos previstos nas Leis Federais nº 8.685/1993 e nº 8.313/1991, para projetos culturais de interesse do Paraná e aprovados pelo CPROFICE, isenção de até 5% do valor do imposto de renda transferido ao projeto, em ICMS, nos termos da Lei que regulamenta.

§ 3º O Poder Executivo deverá regulamentar a forma de concessão do incentivo fiscal tratado no § 2º, mediante a prévia aprovação do Conselho Estadual de Cultura.”

Assim sendo, da simples leitura do parágrafo 2º, nota-se que o Projeto de Lei em epígrafe fere o disposto na cláusula 1ª, §2º do Convênio do ICMS nº. 27/06, do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que estabelece limites de destinação de parte do valor do ICMS a ser pago pelo contribuinte da Receita Estadual para o patrocínio de Projetos Culturais.

Ainda, cumpre ressaltar que a Procuradoria Geral do Estado, através da informação 400/2011 – AT/GAB/PGE, manifestou-se no mesmo sentido.

Desta forma, diante da afronta dos dispositivos suso citados, veto os parágrafos 2º e 3º do inciso II do artigo 7º do Projeto de Lei 952/11.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL



Lei nº. 17 043



Data 30 de dezembro de 2011

Súmula Institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado Do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam instituídos, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE e o Fundo Estadual de Cultura – FEC, com a finalidade de promover a aplicação de recursos financeiros provenientes do FEC e do Incentivo Fiscal, em projetos culturais, na forma estabelecida por esta Lei.

Art. 2º O Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PROFICE tem como objetivos fundamentais:

- I – facilitar à comunidade o acesso aos bens e espaços artísticos e culturais, assim como às atividades desenvolvidas na área da cultura;
- II – incentivar a produção, difusão e circulação de bens culturais paranaenses nas diversas áreas de atuação;
- III – estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as regiões;
- IV – garantir a preservação, difusão, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Paraná;
- V – propiciar a formação e aperfeiçoamento de agentes culturais atuantes em todo o âmbito estadual;
- VI – fomentar a pesquisa nos diversos campos da cultura;
- VII – promover a inserção da produção cultural do Estado em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico;
- VIII – valorizar e difundir o conjunto das manifestações artístico-culturais que

constituem a diversidade formadora da identidade cultural do Paraná.

Art. 3º Os benefícios da presente Lei serão concedidos:

I – às pessoas físicas estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 2 (dois) anos, que apresentarem projetos culturais candidatos a receber os recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura;

II – às pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que tenham como objeto atividades artísticas e culturais, estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 02 (dois) anos, responsáveis pela apresentação de projetos culturais a serem beneficiados pelos recursos do PROFICE;

III – às pessoas jurídicas, contribuintes do Estado do Paraná, que optarem pela aplicação de parcelas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS no incentivo a projetos culturais.

§ 1º Os benefícios a que se refere esta Lei não serão concedidos a proponentes ou incentivadores inadimplentes com a Fazenda Pública Estadual.

§ 2º Fica vedada a utilização dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para projetos culturais em que sejam beneficiários a pessoa jurídica contribuinte, seus proprietários, sócios ou diretores, bem como seus cônjuges e parentes em até segundo grau.

§ 3º Não poderão ser beneficiados com a concessão dos recursos previstos nesta Lei, na modalidade Incentivo Fiscal, órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, de qualquer esfera federativa.

§ 4º As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS) e Organizações Sociais (OS) que possuam, respectivamente, termo de parceria ou contrato de gestão com a administração pública estadual, não poderão inscrever projetos a fim de obter financiamento por meio do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

§ 5º Não poderá participar do PROFICE, como proponente, o servidor ativo ocupante de cargo ou emprego público na Secretaria de Estado da Cultura e nas entidades a ela vinculadas.

§ 6º Aos membros da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE e das comissões técnicas é vedada a participação no referido Programa, tanto na categoria de proponente como prestador de serviço.

§ 7º É vedada a apresentação de projeto cultural pelo proponente que estiver inadimplente com o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

Art. 4º Para efeito desta Lei considera-se:

I – Projeto Cultural: proposta de realização de ações, obras e/ou eventos de conteúdo artístico-cultural e destinação pública, com o objetivo de receber os benefícios do PROFICE, e que estejam de acordo com as seguintes diretrizes:

- a) promoção do acesso aos bens culturais;
- b) fomento da criação, pesquisa e produção artística;
- c) estímulo à descentralização das ações culturais do Estado;
- d) incentivo à formação de plateia;
- e) valorização da qualidade das ações apresentadas no âmbito artístico e de relevância cultural.

II – Proponente: pessoa física ou jurídica estabelecida ou domiciliada no Estado do Paraná, há no mínimo 2 (dois) anos, responsável pelo projeto cultural concorrente aos benefícios concedidos pelo PROFICE;

III – Gestor do projeto: pessoa física ou jurídica a quem o proponente delegar as funções de planejamento, organização, realização e a responsabilidade pela prestação de contas do projeto cultural;

IV – Incentivador: pessoa jurídica contribuinte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS do Estado do Paraná, que destine parcela do tributo, na forma de incentivo fiscal, para a realização de projeto cultural aprovado pelo PROFICE.

Art. 5º O proponente poderá ter aprovados até 2 (dois) projetos por ano, de acordo com as normas a serem estabelecidas no decreto regulamentador.

Art. 6º Os projetos culturais deverão se enquadrar nas seguintes áreas de atuação:

- a) artes visuais;
- b) audiovisual (áudio e vídeo);
- c) circo;
- d) dança;
- e) literatura, livro e leitura;
- f) música;
- g) ópera;
- h) patrimônio cultural material e imaterial; e
- i) povos, comunidades tradicionais e culturas populares;
- j) teatro.

Art. 7º O PROFICE será implantado por meio de recursos provenientes das seguintes receitas:

I – Fundo Estadual de Cultura – FEC, criado por esta Lei, que contará com as seguintes fontes:

- a) dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;
- b) recursos de arrecadação de bilheteria, cessão de espaços e outras rendas provenientes de atividades regimentais da SEEC;
- c) transferências da União;
- d) auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- e) doações e legados;
- f) valores provenientes da devolução de recursos relativos a projetos que apresentem saldos remanescentes e projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;
- g) multas e devoluções por utilização indevida de recursos recebidos através do PROFICE;
- h) multas previstas na Lei Estadual de Tombamento do Paraná;
- i) juros e dividendos, bem como quaisquer outras rendas provenientes de aplicações financeiras;
- j) saldos de exercícios anteriores; e
- k) outros recursos a ele destinados e quaisquer outras rendas obtidas.

II – recursos provenientes do Incentivo Fiscal, decorrentes de aplicações em projetos culturais por parte dos contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, realizadas nos termos desta Lei, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Política Fazendária ou pela legislação vigente.

§ 1º O contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS poderá, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo, respeitando o disposto nesta Lei, destinar a projetos culturais aprovados pela Secretaria de Estado da Cultura parte do valor do imposto a recolher, apurado nos termos da Lei Estadual de ICMS.

§ 2º ...Vetado...

§ 3º ...Vetado...

Art. 8º Os recursos provenientes desta Lei serão destinados ao financiamento de 100% (cem por cento) dos valores aprovados para os projetos selecionados.

§ 1º Os projetos beneficiados pelo PROFICE deverão apresentar contrapartida a ser definida de forma específica nos editais do Programa.

§ 2º O financiamento realizado por meio do PROFICE não veda a obtenção de recursos de outras fontes de incentivo direto ou indireto oriundos de Leis Federais de Incentivo à Cultura, Editais de Fomento de empresas públicas e privadas, Leis Municipais de Incentivo e outras fontes de patrocínio direto.

Art. 9º A gestão do PROFICE será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, cabendo-lhe a função de agente executor do Programa.

§ 1º A SEEC apresentará, anualmente, plano de ações e de aplicação dos recursos do PROFICE ao Conselho Estadual de Política Cultural, para análise e aprovação.

§ 2º Caberá à SEEC a criação de equipe técnica para proceder à operacionalização das etapas de execução dos editais, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos projetos aprovados.

§ 3º A prestação de contas referente à execução do plano de ações e aplicação dos recursos do PROFICE será encaminhada ao Conselho Estadual de Política Cultural para aprovação.

Art. 10. A Secretaria de Estado da Cultura poderá utilizar, anualmente, até 5% (cinco por cento) dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para pagamento de despesas com hospedagem, transportes, consultorias e pareceres técnicos, divulgação, contratações de serviços e eventuais exigências necessárias à administração do PROFICE.

Art. 11. Será criada a Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE, composta por 21 (vinte e um) membros, sendo:

I – presidente da CPROFICE, indicado pelo Secretário de Estado da Cultura;

II – 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes, de livre escolha do Secretário de Estado da Cultura;

III – 1 (um) representante dos dirigentes municipais de cultura do Paraná e respectivo suplente, escolhido por seus pares; e

IV – 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) suplentes pertencentes à comunidade artístico-cultural do Paraná, indicados pelas entidades representativas dos

agentes culturais paranaenses, de acordo com as áreas estabelecidas no art. 6º desta Lei.

§ 1º Aos membros a que se referem os incisos II, III e IV é assegurado o direito a voz e voto, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º Caberá ao presidente da referida Comissão o voto de qualidade nas deliberações que exigirem desempate.

§ 3º Compete à CPROFICE a elaboração dos editais do PROFICE, a aprovação dos projetos selecionados pelas comissões técnicas, a indicação dos membros para compor as comissões técnicas e a homologação final dos resultados.

§ 4º A citada Comissão deverá elaborar e aprovar seu Regimento Interno, disciplinando seu funcionamento e especificando suas atribuições, considerando o previsto nesta Lei e no decreto regulamentador.

Art. 12. As comissões técnicas serão organizadas de acordo com as exigências dos editais definidos pela CPROFICE e compostas por 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes.

Parágrafo único. Caberá às referidas Comissões a avaliação técnica e do mérito dos projetos inscritos.

Art. 13. Os recursos interpostos ao resultado dos editais do PROFICE serão julgados em primeira instância pelas comissões técnicas e em segunda instância pela CPROFICE.

Art. 14. Serão definidos em decreto governamental os procedimentos para a constituição da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, assim como as normas referentes à inscrição, realização, prazos para prestação de contas dos projetos culturais, bem como os critérios gerais e específicos para a análise dos mesmos.

Art. 15. Na divulgação dos projetos financiados nos termos desta Lei, deverá constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Governo do Estado do Paraná – Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, de acordo com o padrão de identidade a ser definido pela Secretaria de Estado da Cultura, podendo constar também o apoio do incentivador nos moldes de regulamento específico.

Art. 16. O incentivador que utilizar indevidamente os benefícios desta Lei, mediante dolo ou culpa, fica sujeito à multa correspondente a até duas vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis, penais ou tributárias.

Art. 17. A utilização indevida dos recursos financeiros obtidos por meio do

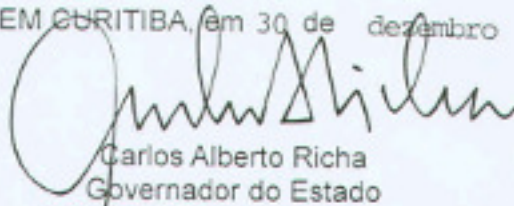
PROFICE, sujeita o proponente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, à suspensão do direito de apresentar projetos culturais pelo prazo de até 2 (dois) anos, à devolução ao Estado dos recursos não utilizados na finalidade originalmente prevista e à multa correspondente até o dobro do valor desses recursos.

Art. 18. Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua vigência.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas as Leis nº 13.133 de 16 de abril de 2001, nº 13.165 de 05 de junho de 2001 e demais disposições em contrário

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de dezembro de 2011.



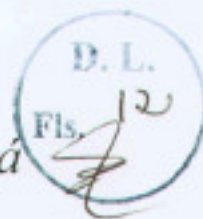
Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Paulino Viapiana
Secretário de Estado da Cultura

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 008/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 008/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 5644/11

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 952/2011, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 952/11, de autoria do Poder Executivo que, institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC, e adota outras providências, tendo sido vetado parcialmente pelo Senhor Governador do Estado por considerar as partes vetadas contrárias ao interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 952/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 20 de dezembro de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 008/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 30 de dezembro de 2011, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



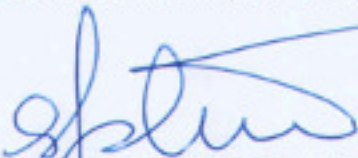
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

req.01



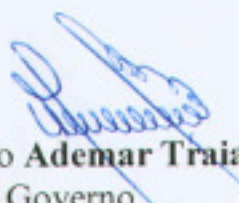
REQUERIMENTO

*Requer a retirada por 10 sessões da
Proposição 008/12, veto aposto ao
Projeto de Lei nº 952/11, item 07 da
presente Ordem do Dia.*


Senhor Presidente:

OS Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais requerem, após ouvido o douto plenário, a **retirada por 10 sessões** da Proposição 008/12, veto ao Projeto de Lei 952/11, item 07 da presente ordem do dia.

Sala das Sessões em, 29 de fevereiro de 2012.


Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo


Deputado **Elton Welter**
Líder da Oposição

*Assinatura
João da Silva
Projeto de Lei nº 952/11*

Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 572/11

Institui o Selo de Qualidade Artesanal.

Art. 1º Fica instituído o Selo de Qualidade Artesanal, que identificará os produtos artesanais feitos no Estado do Paraná.

Parágrafo único. O Selo de Qualidade Artesanal a que se refere o *caput* deste artigo tem como objetivo assegurar que o produto é artesanal, tem qualidade e, quando utilitário, que seu uso é higiênico e sanitariamente adequado.

Art. 2º O Selo de Qualidade Artesanal será conferido pela Secretaria de Estado encarregada do incentivo à produção artesanal e ao turismo, à vista de relatório concludente da análise do produto, feito por organização estadual sem fins lucrativos, que congregue os artesãos do Estado e, se também utilitário, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO.

§ 1º O artesão, para obter o Selo de Qualidade Artesanal, depositará, no órgão competente a que se refere o *caput* deste artigo, um exemplar de cada um de seus produtos, acompanhado de descrição do material e de técnica utilizadas.

§ 2º A descrição do material e as técnicas utilizadas serão registradas em livro próprio, em nome do artesão que apresentou o produto.

§ 3º O relatório referido no *caput* deste artigo será elaborado à vista dos produtos depositados e, se necessário, no local de trabalho do artesão.

§ 4º Os exemplares de produtos artesanais depositados são de propriedade do órgão público, que os manterá, permanentemente, em exposição no seu acervo.

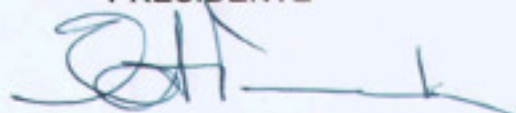
Art. 3º Os artesãos que conquistarem o Selo de Qualidade Artesanal nos termos desta Lei gozarão automaticamente dos benefícios dispostos na Lei Estadual nº 12.863/2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 632/11

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Festival de Artes dos Tabernáculos".

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Festival de Artes dos Tabernáculos", no Município de Nova Esperança.

Parágrafo único. O Festival acontecerá anualmente no terceiro sábado do mês de outubro, no Município de Nova Esperança.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

Assinatura manuscrita em azul, com traços fluidos e uma longa extensão horizontal à esquerda.

Assinatura manuscrita em azul, com traços fluidos e uma longa extensão horizontal à esquerda.

Assinatura manuscrita em azul, com traços fluidos e uma longa extensão horizontal à esquerda.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita em azul, com traços fluidos e uma longa extensão horizontal à esquerda.

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputada Marla Tureck

D. L.
Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 AGO. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

600/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
"Associação Mourãoense de Karatê-Do
Tradicional", com sede e foro no Município
de Campo Mourão.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a
"ASSOCIAÇÃO MOURÃOENSE DE KARATÊ-DO TRADICIONAL" - com sede e foro
no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 2011.


MARLA TURECK
Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

A Associação Mourãoense de Karatê-do Tradicional fundada em 14 de maio de 2000 com sede e foro no Município de Campo Mourão é uma sociedade desportiva de fins não lucrativos de caráter privado, com personalidade distinta de seus associados, sem preferência de raça, credo político ou religioso, com atuação local e regional.

Tem por finalidade praticar, dirigir e incentivar a modalidade de Karatê-do Tradicional, para crianças, adolescentes, jovens e adultos, objetivando o aperfeiçoamento físico, moral, espiritual e disciplinar de seus associados e do público atendido.

A entidade trabalha na promoção de reuniões sociais, culturais e recreativas, além de competições desportivas, sempre em caráter amadorístico, envolvendo todas as idades, classificado por faixa etária. Realiza eventos locais e regionais que proporcionem a prática desportiva, visando à promoção pessoal e social.

Desta forma, se apresenta como importante ferramenta propicia a auxiliar e incentivar a prática de atividades que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano, por meio de programas, capacitação e cursos de qualificação e aprendizado, inclusive com outras modalidades esportivas, físicas, culturais e recreativas.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 600/2011

Projeto de Lei nº. 600/2011
Autora: Deputada Estadual Marla Tureck

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
"Associação Mourãoense de Karatê-do Tradicional", com sede e foro no Município de
Campo Mourão.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Marla Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **"Associação Mourãoense de Karatê-do Tradicional"**, com sede e foro no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

X – declaração de utilidade pública de associações civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade o esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



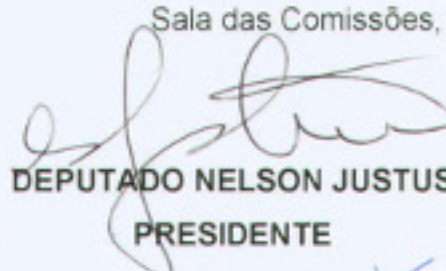
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

D. L.
Fls. 02

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 719/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 SET. 2011

Arauto

1º Secretário

SÚMULA: Dispõe sobre a inclusão do Município de Nova Esperança, na Região Metropolitana de Maringá.

Art. 1º. O art. 1º da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica instituída, na forma do artigo 25, § 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Florida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Florai, Atalaia, São Jorge do Ivaí, Ourizona e **Nova Esperança.**"

Art. 2º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 2011.

Luiz Accorsi
LUIZ ACCORSI
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA EM ANEXO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



JUSTIFICATIVA:

O município de Nova Esperança apresenta todos os motivos para a sua inclusão na Região Metropolitana de Maringá, para auferir os benefícios aos quais faz justiça e que lhes são devidos, também como determina a legislação pertinente.

Sua população hoje é de 26.613 habitantes segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE e a sua economia gira em torno da produção agropecuária bastante diversificada e de comércio que atende as necessidades básicas da sua gente.

Sedia uma instituição de ensino superior, a Faculdade do Noroeste do Paraná, a Fanp e é conhecida além-fronteira como a Capital do Casulo Verde.

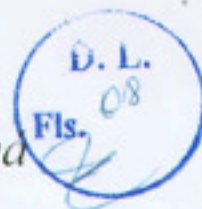
Nova Esperança dista apenas 40 quilômetros da cidade sede da microrregião da Amunsep - Associação dos Municípios do Setentrião Norte Paranaense e da Região Metropolitana, a cidade de Maringá.

Depende umbilicalmente de Maringá para suprir necessidades de consumo, saúde e é tão significativo o movimento de pessoas entre as duas cidades que provocou há tempos, a implantação de linha diária de passageiros, disposta em múltiplos horários.

A aprovação da Emenda em questão representa o acatamento desta Casa a justo pleito das autoridades representativas de toda a comunidade de Nova Esperança.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



A P R O V A D O

À Diretoria Legislativa.

Em. 19 SET. 2011

1º Secretário

REQUERIMIENTO

Súmula: Requer a anexação do Projeto de Lei nº 724/11 ao 719/11, por tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário a anexação do **Projeto n. 724/2011** ao **719/11**, conforme dispõe o art. 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2011

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Comissão
de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 719/11

Projeto de Lei Complementar nº 719/11
Autor: Deputado Luiz Accorsi

*** ANEXO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 724/2011**
Autor: Deputado Evandro Júnior

Súmula: Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 83/1998 (Região Metropolitana de Maringá).

EMENTA: REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ. INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA. POSSIBILIDADE. COMPROVADA INTERRELAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS. CONFORMIDADE COM O ART. 25 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 22 e 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSONÂNCIA COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2005. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei Complementar, de autoria dos nobres Deputados Luiz Accorsi (Projeto de Lei



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



719/2011) e Evandro Júnior (Projeto de Lei 724/2011), tem por finalidade alterar a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83/1998, intentando incluir o município de Nova Esperança a Região Metropolitana de Maringá.

FUNDAMENTAÇÃO

O art. 22 da Constituição Estadual estabelece que a organização das Regiões Metropolitanas devem adequar-se as diretrizes do Estado, senão vejamos

Art. 22. O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, deverão adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.

Verificando a nossa Carta Magna, em seu artigo 25, §3º, constatamos que a mesma estabelece a autonomia dos Estados para dispor, através de Lei Complementar, sobre a instituição de regiões metropolitanas. A saber:

Art. 25. O Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§3º. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Assim sendo, analisando os artigos acima transcritos, verificamos que o Estado tem a competência para instituir e disciplinar regiões metropolitanas em seu território, devendo observar suas diretrizes de desenvolvimento.

Por conseguinte, o artigo 65 da Constituição Estadual, confere aos membros da Assembléia Legislativa a prerrogativa de deflagrar o processo legislativo nas matérias atinentes as leis complementares. Vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do artigo acima transcrito, verificamos que os parlamentares detêm a competência de iniciativa para propor alterações na composição das regiões metropolitanas.

Todavia, se faz imprescindível observamos o que dispõe o artigo 2º da Lei Complementar 111/2005 que disciplina a organização das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná. Assim dispõe a referida lei:

Art. 2º. A ampliação da Região Metropolitana está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência:

- I – Evidência ou tendência de conturbação;
- II – Necessidade de organização, planejamento e execuções de funções públicas de interesse comum;
- III – Existência de relação de integração funcional de natureza socioeconômica ou de serviços.

Ora, não restam dúvidas de que a cidade de Nova Esperança faz jus a figurar como integrante da Região Metropolitana de Maringá. Ao compararmos o art. 2º da Lei Complementar 111/2005 com a realidade fática, verificamos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



que o município em questão preenche todos os requisitos exigidos para se tornar integrante do conglomerado.

A distância da Cidade de Nova Esperança até o município pólo, qual seja Maringá, é de 44,2 Km enquanto que a distância de Astorga, município já integrante da Região Metropolitana é de 51,2 Km, ou seja, o requisito territorial resta superado com esta singela análise.

Por conseguinte, a população de Nova Esperança está estimada em 26.613 habitantes, comprovando ser um município pequeno e que não possui todos os serviços gerais e funções públicas necessárias para o seu pleno desenvolvimento, sendo notória a sua dependência da Cidade Pólo.

Por fim, o Pib per Capita calculado para o município em tela é de R\$9.985,05 (nove mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos) sendo um dos piores considerando os municípios que integram a referida região metropolitana, indicador que reforça a necessidade de incluí-lo como membro.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, verificamos que o projeto de lei complementar em análise se reputa legal e constitucional, uma vez que atende as disposições estabelecidas na Constituição Federal, Constituição Estadual e na lei complementar estadual que regulamenta a criação e/ou modificação das regiões metropolitanas.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, tendo em vista a verificação da legalidade e constitucionalidade, em sede de PARECER, opinamos pela **APROVAÇÃO** e regular trâmite do projeto de lei perante esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.

DEP. NEREU MOURA
Relator

Dep. NELSON JUSTUS
Presidente



COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS

Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 719/2011

Projeto de Lei Complementar nº 719/2011 -
"Dispõe sobre a inclusão do Município de
Nova Esperança, na região metropolitana de
Maringá"
PL anexado - 724/2011

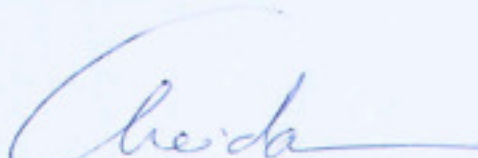
O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi que "*Dispõe sobre a inclusão do Município de Nova Esperança, na região metropolitana de Maringá*" teve anexado o Projeto de Lei Complementar nº 724/11 de autoria do nobre deputado Evandro Júnior, com o mesmo objeto..


Pretende o autor modificar a Lei Complementar nº 83/1998, que cria a Região Metropolitana de Maringá. Argumenta o autor que o município de Nova Esperança dista apenas 40km de Maringá, e que o fluxo de pessoas entre os dois municípios é alto, contínuo e diário. O transporte coletivo entre Nova Esperança Maringá possui linhas diárias e em diversos horários, demonstrando, assim, a umbilical relação entre os municípios.

O Projeto de Lei complementar passou pela Comissão de Constituição e Justiça e recebeu parecer favorável e agora é chamada esta Comissão Permanente para emitir parecer. No que tange a competência de nossa Comissão o Projeto de Lei em tela apresenta todos os requisitos e justificativas para a inclusão do município de Nova Esperança na Região Metropolitana de Maringá.

Com certeza o projeto de lei complementar vem beneficiar a Região Metropolitana e assim deve prosperar. Diante de todo o exposto somos **FAVORÁVEIS**, s.m.j., ao prosseguimento do projeto de lei complementar.

Sala das comissões 06 de março de 2012.


Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Relator


Dep. Toninho Wandscheer
Presidente da Comissão


R a.





PARECER
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 719/2011
Anexo Projeto de Lei Complementar nº 724/2011

Ementa: Dispõe sobre a inclusão do Município de Nova Esperança, na Região Metropolitana de Maringá.

I - PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem como finalidade incluir o Município de Nova Esperança na Região Metropolitana de Maringá, que foi criada através da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998.

Justifica o autor da proposição que o Município de Nova Esperança apresenta todos os motivos para ser incluída na Região Metropolitana.

II - RELATÓRIO

Na qualidade de relator, fui designado para exarar parecer pela Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. E, a análise da matéria em tela, por envolver estudo que envolve regiões metropolitanas, inscreve-se no rol das competências incumbidas a esta Comissão por força do art. 33-L, VI, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Não há que se negar a importância do Município de Nova Esperança para o cenário do Estado do Paraná, onde possui hoje mais de vinte e seis mil habitantes e com uma infraestrutura urbana e agropecuária bastante diversificada.

Porém, no que cabe a esta comissão analisar, é importante destacarmos que este projeto de lei possui similitude com o Projeto de Lei Complementar nº 724, de 2011, de autoria do Deputado Evandro Junior, o qual informado pela Diretoria Legislativa da Casa. E, visto isto, busquei tomar conhecimento dos posicionamentos apontados pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, bem como analisar o Parecer Técnico encaminhado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, expedido em data de 21-9-2011, que através de sua equipe técnica de arquitetos e urbanistas manifestaram-se pelo parecer desfavorável a iniciativa de se incluir o Município de Nova Esperança na Região Metropolitana de Maringá. Mantendo a Comissão de Constituição e Justiça, em primeira análise pela desaprovação dos respectivos projetos de leis.

Só que, o autor do Projeto de Lei nº 719/2011, Deputado Luiz Accorsi, entrou com recurso junto a Comissão de Constituição e Justiça, o que de pronto foi acatado pelo Presidente da Comissão, que determinou que novo relator fosse designado para exarar novo parecer.

an



Em seu novo parecer a Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 719/2011 com o apenso Projeto de Lei Complementar nº 724/2011, por entender que não haveria nada que pudesse obstruir sua tramitação por esta Casa de Leis.

III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e após buscar todas as informações necessárias acerca do assunto em tela, no que cabe analisar ao mérito e o interesse público da matéria, manifesto favoravelmente a tramitação e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 719/2011 juntamente com o Projeto de Lei Complementar nº 724/2011 anexo a este.

IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator aos Projetos de Leis Complementares nºs 719/2011 e o anexado 724/2011, os Deputados que compõem a Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Parecer Favorável ao mesmo.**

Deputado Nelson Garcia
Presidente Comissão

Deputado Adelino Ribeiro Silva
Relator